

INSTITUTO SABIN

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

INSTITUTO SABIN

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ÍNDICE	PÁGINAS
Relatório dos auditores independentes	1 a 3
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8 a 14

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PAR 17/062

Aos Administradores do
INSTITUTO SABIN
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **INSTITUTO SABIN** (“**Instituto**”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SABIN** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 14 de fevereiro de 2017.



Gilberto Galinkin

Contador – CRC/MG 35718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC/MG 005455/O-1



Nestor Ferreira Campos Filho

Contador - CRC/DF 013421/O-9

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC/MG – 005455

www.bakertillybrasil.com.br



SAUS Qd. 04, bl. A, lotes 09/10, salas 1225 a 1228 Ed. Victória Office Tower
Asa Sul - Brasília/DF – CEP 70070-938 – Telefones (61) 3012-9900 – Fax (61) 3012-9900
www.bakertillybrasil.com.br



QUADRO 1**INSTITUTO SABIN**
CNPJ: 07.417.024/0001-90**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores expressos em Reais, sem centavos)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.952	963	Fornecedores	6	63.333	52.983
Tributos a recuperar		14.413	10.587	Salários, provisões e contribuições sociais	7	98.498	91.974
Despesas a apropriar		7.529	7.764	Obrigações fiscais	8	33.325	26.165
Demais contas a receber	4	272.473	91.616			195.156	171.122
		296.367	110.930	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
NÃO CIRCULANTE				Patrimônio social	9	(4.116)	(129.617)
Imobilizado	5	42.688	56.076	Superávit do exercício	9	148.015	125.501
		42.688	56.076			143.899	(4.116)
TOTAL DO ATIVO		339.055	167.006	TOTAL DO PASSIVO		339.055	167.006

Raquel Ribeiro Vaz
Presidente**Ana Dolores da Rocha Gomes**
Contador - CRC-DF 14.790/O-7

QUADRO 2**INSTITUTO SABIN****CNPJ: 07.417.024/0001-90****DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/(DÉFICIT)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais, sem centavos)**

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	3.919.092	3.356.474
Custo de projetos, contribuições e serviços	11	(2.927.660)	(2.419.409)
RESULTADO BRUTO		991.432	937.065
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(644.562)	(571.895)
Gerais e administrativas	12	(174.475)	(230.721)
Tributárias		(13.359)	(7.138)
RESULTADO OPERACIONAL		159.036	127.311
Resultado financeiro líquido	13	(11.021)	(1.810)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		148.015	125.501

Raquel Ribeiro Vaz
Presidente

Ana Dolores da Rocha Gomes
Contador - CRC-DF 14.790/O-7

QUADRO 3**INSTITUTO SABIN****CNPJ: 07.417.024/0001-90****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em Reais, sem centavos)**

<u>Composição</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit/ Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2014	186.685	(316.302)	(129.617)
Incorporação ao patrimônio social	(316.302)	316.302	-
Superávit do exercício		125.501	125.501
Saldo em 31/12/2015	(129.617)	125.501	(4.116)
Incorporação ao patrimônio social	125.501	(125.501)	-
Superávit do exercício	-	148.015	148.015
Saldo em 31/12/2016	(4.116)	148.015	143.899

Raquel Ribeiro Vaz
Presidente**Ana Dolores da Rocha Gomes**
Contador - CRC - DF 14.790/O-7

QUADRO 4**INSTITUTO SABIN**
CNPJ: 07.417.024/0001-90**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais, sem centavos)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo das atividades operacionais		
Superávit do exercício	148.015	125.501
Ajustes de despesas/(receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	13.388	39.080
Superávit ajustado	161.403	164.581
Variações nos ativos e passivos		
Aumento/redução de tributos a recuperar	(3.826)	(1.022)
Aumento/redução de despesas a apropriar	235	(7.764)
Aumento/redução de demais contas a receber	(180.857)	(76.302)
Aumento/redução de fornecedores	10.350	(97.450)
Aumento/redução de salários, provisões e contribuições sociais	6.524	13.636
Aumento/redução de obrigações fiscais	7.160	8.928
Total das variações	(160.414)	(159.974)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	989	4.607
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(4.218)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	-	(4.218)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	989	389
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	963	574
No fim do exercício	1.952	963
Varição no exercício	989	389

Raquel Ribeiro Vaz
Presidente**Ana Dolores da Rocha Gomes**
Contador - CRC-DF 14.790/O-7

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

O Instituto Sabin, associação de direito privado de interesse público, sem fins lucrativos, promove a melhoria da qualidade de vida de comunidades, nas áreas de saúde, esporte e educação.

A Entidade é estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede à SCN Quadra 05 Bloco A Sala 316 Parte – A, Edifício Brasília Shopping – Asa Norte – Distrito Federal.

De acordo com o disposto na Lei nº 9.790, as entidades que objetivam obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) deverá reunir as seguintes condições, cumulativamente, para fazer jus a essa isenção:

- a) a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- b) a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;
- c) a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- d) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;
- e) a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;
- f) a impossibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;
- g) as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos e, naquilo que não estiver previsto

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

neste normativo, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os normativos citados requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 13/04/2017.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.3. Apuração do superávit/(déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit/ (déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os recursos recebidos pela entidade são oriundos de doações, realizadas por sua mantenedora, com destinação para apoiar projetos. Esses recursos são contabilizados em rubricas específicas. O registro das receitas é realizado quando do efetivo recebimento dos recursos.

2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Máquinas – 10 anos
- Veículos – 5 anos
- Móveis, utensílios e equipamentos – 10 anos
- Equipamentos de informática – 5 anos

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado na Nota 5.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.7. Impostos e contribuições

A Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda, contribuição social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), dessa forma não é registrado nenhum valor de a título de Imposto de Renda/Contribuição Social e COFINS.

No entanto, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, como definidos pela legislação trabalhista, são obrigadas a recolher PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal.

2.8. Outros ativos e outros passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

INSTITUTO SABIN**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016****(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundo fixo projeto pescar	50	550
Depósitos bancários em conta corrente	1.902	413
	<u>1.952</u>	<u>963</u>

4. Demais contas a receber

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento de Férias	36.562	6.869
Adiantamento de Funcionários	-	2.494
Adiantamento de Fornecedores	17.159	51.502
Adiantamento de Viagens	1.892	600
Adiantamento de Despesas	216.067	29.293
Outros Créditos	793	858
Total	<u>272.473</u>	<u>91.616</u>

5. Imobilizado

	<u>Hardware</u>	<u>Licença de softwares</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Custo						
Em 1º de janeiro de 2016	8.838	5.477	71.031	3.650	153.460	242.456
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>8.838</u>	<u>5.477</u>	<u>71.031</u>	<u>3.650</u>	<u>153.460</u>	<u>242.456</u>
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2016	(4.749)	(5.022)	(26.195)	(2.069)	(148.345)	(186.380)
Depreciação anual	(494)	(312)	(7.102)	(365)	(5.115)	(13.388)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>(5.243)</u>	<u>(5.334)</u>	<u>(33.297)</u>	<u>(2.434)</u>	<u>(153.460)</u>	<u>(199.768)</u>
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2016	<u>4.089</u>	<u>455</u>	<u>44.836</u>	<u>1.581</u>	<u>5.115</u>	<u>56.076</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>3.595</u>	<u>143</u>	<u>37.734</u>	<u>1.216</u>	<u>-</u>	<u>42.688</u>

6. Fornecedores

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Laboratório Sabin	-	52.713
Zat Equipamentos	46.500	-
Labaclen	8.753	-
Demais	8.080	270
	<u>63.333</u>	<u>52.983</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Salários, provisões e contribuições sociais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários a pagar	274	10.828
FGTS a recolher	3.654	5.436
INSS a recolher	18.451	15.147
Outras obrigações	3.358	1.853
Provisão de férias e encargos	72.761	58.710
Total	<u>98.498</u>	<u>91.974</u>

8. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS a recolher sobre folha	368	549
IRRF a recolher sobre salários	27.521	22.268
IRRF a recolher sobre serviços PJ	1.083	870
COFINS / PIS / CSLL	4.353	2.478
Total	<u>33.325</u>	<u>26.165</u>

9. Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial do Instituto, acrescido dos resultados (superávits e/ou déficits) apurados ao longo dos exercícios sociais.

(b) Superávit (déficit) do exercício

Refere-se somente ao superávit e/ou déficit do ano corrente. Após aprovação, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto, quando aplicável.

10. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita doações contribuições Sabin para custeio	3.883.220	3.234.033
Receita doações contribuição para custeio	31.892	110.123
Receita doações, campanhas/patrocínio	-	11.218
Receita produtos Instituto	3.980	1.100
	<u>3.919.092</u>	<u>3.356.474</u>

As rendas geradas pelo Instituto são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota 1.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Custo de projetos, contribuições e serviços

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ajuda de custo	57.881	32.787
Bolsa de estudo	11.982	15.176
Doações e donativos	2.073.018	1.346.588
Serviços pessoas físicas	35.107	42.078
Serviços pessoas jurídicas	551.863	802.504
Viagens, alimentos e estadas	98.749	85.097
Demais custos	99.060	95.179
	<u>2.927.660</u>	<u>2.419.409</u>

Áreas Temáticas	Principais Projetos	Áreas de Abrangência	Prazo de Execução	Investimento Anual (R\$ mil)
	1. Cuidando da Comunidade	Nacional	Contínuo	800
	2. Criança e Saúde	Nacional	2 anos de vigência da parceira (2016/2017)	150
Saúde	3. Ludoteca	Nacional	Implantação contínua Curso de formação EAD (80 mil)	200
	4. Samurai (Unidade Móvel)	DF e GO	Contínuo	30
	5. Oficinas educativas (sexo seguro e mama)	DF e GO	Contínuo	20
	6. DST/AIDS	Nacional	Eventual (entre agosto e setembro)	80
Campanhas	7. Campanhas (Mc Dia Feliz, Agasalho, Outubro Rosa, Novembro Azul, Jogos abertos, Dia Mundial da Luta contra AIDS, Natal)	Nacional	Datas eventuais ao longo do ano	115
	8. Equipe de Esportes Sabin	Nacional	Contínuo	300
	9. Apoio à atletas	DF, BA, TO	Contínuo	300
Esporte	10. Academia de Ginástica em praças e parques	Nacional	Eventual (1 a 2 por ano em cada cidade)	250
	11. Júnior Achievement	Nacional	Eventual	178
Inovação Social	12. Negócios de Impacto Social	Nacional	Contínuo	505
			Total	<u>2.928</u>

12. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação e amortização	13.388	39.080
Bens de pequeno valor	15.947	14.190
Combustíveis	14.854	22.144
Publicações técnicas	12.000	-
Manutenção e conservação	8.505	11.191
Lanches e refeições	9.103	13.743
Seguros	18.305	10.870
Taxas e emolumentos	18.947	17.519
Viagens, alimentos e estadas	34.618	24.430
Outras despesas	28.808	77.554
	<u>174.475</u>	<u>230.721</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Resultado financeiro líquido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(6.206)	-
Tarifas bancárias	-	(4.662)
Outras despesas financeiras	<u>(6.618)</u>	<u>(742)</u>
Total	(12.824)	(5.404)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.698	3.221
Descontos obtidos	9	373
Outras receitas financeiras	<u>96</u>	<u>-</u>
Total	1.803	3.594
Resultado financeiro líquido	<u>(11.021)</u>	<u>(1.810)</u>

14. Cobertura de seguros

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O Prêmio líquido da apólice de seguro vigente em 31/12/2016 é de aproximadamente R\$ 17 mil. O contrato possui prazo de vigência até maio de 2017. O bem segurado é um ônibus – unidade de atendimento móvel.

15. Reconhecimento da renúncia fiscal

O Instituto goza de imunidade tributária em razão de sua característica de entidade sem fins lucrativos. Assim, demonstramos abaixo o valor do benefício fiscal (renúncia) obtido pelo Instituto:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ – Renúncia fiscal	289.527	244.430
CSLL – Renúncia fiscal	112.870	96.635
COFINS – Renúncia fiscal	117.573	100.661
ISS – Renúncia fiscal	<u>78.382</u>	<u>67.107</u>
Total	<u>598.352</u>	<u>508.833</u>

* * * *